



Minas Gerais Participações S.A.

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 19.296.342/0001-29

Relatório da Administração

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezados acionistas e demais stakeholders,
O exercício de 2025 representou um momento relevante de transição estratégica e consolidação institucional para a MGI - Minas Gerais Participações S.A.
Ao longo do período, a Companhia promoveu a revisão do Planejamento Estratégico 2024-2028, processo conduzido em conjunto com o Conselho de Administração e alinhado às diretrizes do acionista controlador.

Essa revisão resultou no encerramento do ciclo originalmente previsto, após o cumprimento das principais entregas estabelecidas no Plano de Negócios de 2025, e na reformulação do planejamento institucional, que passou a abranger o período 2026-2030.

A atualização decorre do direcionamento estratégico do Controlador, que orienta a ampliação das atividades operacionais da Companhia, com foco no aumento das receitas provenientes da prestação de serviços e da gestão de ativos públicos.

Nesse contexto, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico 2026-2030, que reflete diretamente as diretrizes do controlador e estabelece as bases para a ampliação da atuação da Companhia em atividades operacionais, especialmente nas áreas de gestão de ativos públicos, alienação de imóveis, recuperação de créditos e prestação de serviços técnicos ao setor público.
Esse novo ciclo estratégico reforça o papel da MGI como instrumento técnico do Estado na gestão patrimonial e financeira, ampliando sua capacidade de geração de valor público e fortalecendo a sustentabilidade institucional da Companhia.

A análise das operações da Companhia no exercício de 2025 pode ser observada sob dois prismas distintos, refletindo as diferentes naturezas de suas fontes de resultado:

(i) atividades operacionais;

(ii) receitas provenientes de participações acionárias.

No âmbito das atividades operacionais que compreendem principalmente recuperação de créditos, alienação de imóveis, gestão de convênios e regularização de ativos imobiliários o exercício de 2025 foi marcado por resultados expressivos, evidenciando a capacidade técnica da Companhia na gestão de ativos públicos.

Na recuperação de créditos, mantivemos atuação contínua sobre a carteira remanescente originada das operações dos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, atualmente em fase avançada de liquidação. Uma carteira composta por créditos originados há mais de três décadas, caracterizada por elevada complexidade jurídica, escassez de garantias executáveis e alto grau de litigiosidade.

Mesmo nesse contexto desafiador, registramos resultado expressivo no exercício de 2025, com receitas de recuperação de créditos no montante de R\$ 46,5 milhões, valor significativamente superior ao observado em 2024, quando foram registrados R\$ 20,7 milhões, representando crescimento aproximado de 125% no período.

Parte relevante desses valores decorreu de eventos extraordinários, associados à conclusão de processos judiciais e acordos pontuais. Tais resultados refletem o trabalho técnico persistente e de longo prazo desenvolvido pela Companhia na condução das estratégias de cobrança e recuperação desses ativos.

Mesmo diante da natureza residual da carteira e das limitações estruturais inerentes a esse tipo de ativo como a antiguidade das operações, a redução progressiva do estoque de créditos e a dificuldade de localização de bens penhoráveis a Companhia tem conseguido maximizar os resultados possíveis, demonstrando eficiência na condução das estratégias de recuperação e na gestão desses ativos de difícil realização. Outro destaque do exercício foi o desempenho nas operações de alienação de imóveis, atividade na qual a Companhia vem consolidando relevante capacidade técnica na gestão e desmobilização de ativos públicos.

Em 2025, as receitas provenientes dessas operações alcançaram aproximadamente R\$ 33,9 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2024, quando a Companhia havia obtido cerca de R\$ 15 milhões com a venda de ativos imobiliários.

Esses resultados refletem a expertise institucional da MGI na estruturação e condução de processos de alienação patrimonial, permitindo transformar ativos públicos ociosos ou subutilizados em receitas efetivas.

A atuação da Companhia nessa frente evidencia sua capacidade de estruturar processos de alienação eficientes, transparentes e juridicamente seguros, consolidando a MGI como referência técnica na gestão e monetização de ativos públicos.

Nesse contexto, o exercício pode ser considerado particularmente exitoso sob a ótica da gestão patrimonial, refletindo a eficiência institucional da MGI na geração de resultados por meio da administração técnica desses ativos.

Ao longo do exercício também manteve atuação relevante na gestão e acompanhamento de convênios voltados ao desenvolvimento da infraestrutura municipal, para garantir a correta aplicação dos recursos e as análises das prestações de contas, em articulação com as Secretarias de Estado intervenientes, reforçando seu papel como agente técnico de apoio às políticas públicas com transparência, regularidade e aderência às exigências legais.

Outro componente relevante da estrutura de receitas da Companhia é o portfólio de participações acionárias, que permanece como a principal fonte de receitas recorrentes.

Em 2025, as receitas provenientes dessas participações totalizaram aproximadamente R\$ 284,3 milhões, refletindo principalmente a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio pelas empresas investidas e contribuindo de forma relevante para a composição da receita da Companhia e para a manutenção de níveis adequados de liquidez.

Para fins de comparação, em 2024 essas receitas atingiram R\$ 229,3 milhões, evidenciando a continuidade da relevância do portfólio de participações acionárias na estrutura econômica e financeira da Companhia.

No campo financeiro, a Companhia manteve política de gestão orientada por critérios de prudência, segurança e eficiência, buscando preservar a liquidez institucional e otimizar o rendimento das aplicações financeiras.

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi positivo em aproximadamente R\$ 47,6 milhões, valor superior ao observado em 2024, quando o resultado financeiro líquido atingiu cerca de R\$ 37,7 milhões.

O resultado financeiro líquido do exercício refletiu os rendimentos obtidos sobre os recursos disponíveis, contribuindo para mitigar parcialmente os impactos decorrentes da estrutura de passivos financeiros da Companhia.

Apesar do desempenho operacional positivo observado em diversas frentes de atuação, o resultado do exercício de 2025 foi significativamente impactado pela estrutura de custos financeiros da Companhia, especialmente aqueles associados às operações de hedge realizadas por meio de opções flexíveis vinculadas à quinta emissão de debêntures.

Os encargos financeiros relacionados a essas opções, somados aos custos da própria emissão de debêntures, continuam representando a parcela mais relevante da estrutura de despesas da Companhia. Esse comportamento já havia sido observado ao longo do exercício, conforme registrado nas demonstrações financeiras intermediárias do terceiro trimestre de 2025, quando se verificou que o crescimento das receitas foi acompanhado por aumento proporcionalmente mais elevado das despesas financeiras associadas a essas operações.

Adicionalmente, o resultado do exercício foi impactado por efeitos contábeis relevantes, especialmente relacionados:

- aos ajustes a valor justo de ativos financeiros, e
- à reversão de direitos creditórios.

Esses fatores contribuíram para a reversão do resultado líquido positivo registrado em 2024, quando a Companhia apresentou lucro de R\$ 37,6 milhões, resultando no prejuízo contábil apurado no exercício de 2025 de R\$ 61,8 milhões.

É importante destacar que tais impactos decorrem principalmente de fatores financeiros e ajustes contábeis específicos, que podem gerar oscilações relevantes no resultado líquido entre exercícios, sem que isso represente alteração estrutural na capacidade operacional da Companhia.

Ao contrário, o exercício evidenciou elevado nível de eficiência na execução das atividades operacionais, com resultados relevantes nas áreas de gestão de ativos públicos, alienação de imóveis e recuperação de créditos.

No âmbito da governança e perspectivas futuras, a Companhia manteve elevado compromisso com o fortalecimento da governança corporativa, com o aprimoramento contínuo de seus processos internos e com a implementação das diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico 2026-2030.

Destaca-se também a atuação da MGI nas iniciativas relacionadas ao PRÓPAG - Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados, no qual a Companhia tem desempenhado papel relevante no suporte técnico às ações voltadas à definição dos ativos imobiliários passíveis de inclusão no programa.

Os resultados operacionais alcançados ao longo do exercício evidenciam a capacidade técnica e a relevância institucional da MGI na gestão de ativos públicos e na prestação de serviços especializados ao setor público, fundamentos que sustentam a implementação do Planejamento Estratégico 2026-2030 e reforçam o papel da Companhia como instrumento do Estado de Minas Gerais na geração de valor público e no fortalecimento da gestão patrimonial e financeira.

A Diretoria agradece aos acionistas, em especial ao controlador, pela confiança depositada, às Secretarias de Estado parceiras pela cooperação institucional, aos demais parceiros institucionais e de mercado e aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo do exercício. A MGI seguirá empenhada em gerar valor público, ampliar suas atividades operacionais e contribuir para o desenvolvimento econômico e patrimonial do Estado de Minas Gerais.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	Variação (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	12.600	5.638	123
Rec. Créditos MGI - Imóveis adjudicados vendidos	33.898	15.071	125
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	25	70	(64)
Total Ativos MGI	46.523	20.779	124
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	1.153	3.741	(69)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	8.006	4.206	90
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	9.159	7.947	15
Bens Imóveis de Terceiros	11.416	5.866	95
Total Ativos de Terceiros	11.416	5.866	95

*Critérios utilizados para as informações:

Ativos MGI: Data do reconhecimento da receita

Ativos Estado de Minas Gerais/Terceiros: Data do repasse

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a recuperação de créditos em liquidação da carteira da MGI, oriundos dos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, totalizou R\$12.600. Esse valor representa um aumento de 123% em relação ao mesmo período de 2024, quando a arrecadação foi de R\$5.638. Houve um recebimento expressivo (R\$9.560) de alvará em outubro/2025 que impulsionou essa variação.

A arrecadação referente aos imóveis próprios da MGI, incluindo aqueles incorporados da EMIP, atingiu R\$33.923 em 31 de dezembro de 2025. Esse montante representa um crescimento de 124% comparado ao mesmo período de 2024, quando a arrecadação alcançou R\$15.141. O aumento significativo deve-se, principalmente, à venda do imóvel "Rajá", no valor de R\$33.818.

Por meio de contratos firmados com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), a Companhia também desempenha um papel fundamental na gestão dos ativos reconhecidos pelo Estado, decorrentes da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos bancos BEMGE e CREDIREAL. Além disso, atua na alienação de bens imóveis não operacionais pertencentes ao Estado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no âmbito dos contratos firmados, a MGI repassou ao Estado R\$1.153 provenientes da recuperação de créditos em liquidação. Esse montante foi inferior em 69% em relação ao mesmo período de 2024, quando o repasse totalizou R\$3.741.

A recuperação de créditos apresenta uma tendência de queda, decorrente da redução do estoque disponível e do tempo decorrido. Dado que os empréstimos foram concedidos há mais de 30 anos, somam-se desafios como a ausência de bens penhoráveis ou garantias e a baixa liquidez de parte dos imóveis. Ainda assim, a MGI considera relevantes os valores arrecadados nesse processo e segue empenhada na recuperação de créditos em liquidação, mantendo seus esforços contínuos para otimizar os resultados.

Em relação à venda de imóveis, no período encerrado em 31 de dezembro de 2025, a MGI repassou ao Estado o montante de R\$8.006, um aumento de 90% em relação ao mesmo período de 2024, quando repassou R\$4.206.

Dando continuidade à estratégia de expansão na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado, a MGI tem buscado com êxito firmar novos contratos para a venda de imóveis. No período em análise, a Companhia concluiu vendas que somaram R\$11.416. Houve um aumento de 95% em relação ao mesmo período de 2024, quando totalizou R\$5.866. Importante informar que alguns desses contratos, diferentemente do que ocorre com o celebrado com o Estado, permitem ao arrematante pagar o valor de forma parcelada e/ou integral ao(s) Contratante(s). Dessa forma, nem todo recurso financeiro arrecadado com as vendas transita pela MGI.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber no valor de R\$50.286, comparado a R\$56.365 em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de aproximadamente 11%.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram contabilizados R\$4.669 em variação monetária ativa, enquanto os valores recebidos totalizaram R\$8.067, comparados aos R\$9.601 registrados em 31 de dezembro de 2024. Isso representa uma redução de 16%, reflexo comum nesse tipo de carteira, que está vinculada a dívidas de contribuintes do Estado de Minas Gerais.

A Companhia realiza a apuração trimestral do valor justo e do impairment da carteira. Esse tipo de ajuste é realizado conforme as normas contábeis, que exigem que as empresas ajustem seus ativos para refletir de maneira mais precisa seu valor recuperável. Considerando os efeitos dessa avaliação, o saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$17.087 em 31 de dezembro de 2025, contra R\$23.145 em 31 de dezembro de 2024.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui obrigações decorrentes da quinta emissão de debêntures.

No período analisado, a Companhia registrou custos de R\$61.549 referentes a juros e à amortização do custo da transação das debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$57.054. Apesar da redução do saldo devedor, base para cálculo do encargo com debêntures, ocorreu um pequeno aumento no custo devido ao percentual superior da taxa Selic durante o período.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos

Secretarias

Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG - SEAPA

Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE

Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável

- SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.

Secretaria de Estado de Infraestr. e Mobilidade - SEINFRA

Sec. Est. Des. Social de MG - SEDESE

Sec. Est. Governo - SEGOV

Sec. Est. Des. Econômico SEDE

Os recursos repassados, provenientes dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador, o Estado de Minas Gerais, foram destinados a uma série de obras voltadas para a melhoria da infraestrutura municipal. Esses investimentos incluem obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuárias, além da recuperação e manutenção de rodovias, entre outros projetos essenciais.

As Secretarias Interventientes têm a responsabilidade de realizar a análise prévia das prestações de contas, emitindo os pareceres técnico e financeiro correspondentes. Adicionalmente, cabe a essas Secretarias a realização de vistorias in loco nos objetos conveniados. Caso não seja comprovado o cumprimento do objeto conveniado, as contas serão reprovadas, o que, como regra, resulta na impossibilidade do conveniente de receber novos repasses voluntários. Além disso, será instaurada uma Tomada de Contas Especial.

Após a conclusão das análises pelas Secretarias Interventientes, os convênios são enviados à MGI para uma análise financeira conclusiva e para o julgamento final.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2025, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	85	50.861
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	592	389.226
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	148	572.900
Decididos como aprovados ou aprovados com ressalva	652	209.494
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	17	21.001
Com medidas administrativas	2	1.379
Aguardando decurso de prazo para apresentação	6	16.050
Reprovada	4	1.604
Extinto sem repasse de recurso	15	-
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.262.515
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		202
(+) Rendimento de aplicação financeira - Repasse aplicado pela Conveniente		9.387
(+) Correção monetária de Convênio - Medida Judicial		100
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(81.574)
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2025		1.190.630

A Companhia realiza notificações periódicas às Secretarias Interventientes, solicitando informações sobre a apresentação das prestações de contas e o andamento das análises das contas já submetidas. Adicionalmente, a Companhia notifica de forma contínua os convenientes em relação às prestações de contas pendentes, adotando todas as medidas necessárias relativas à essas pendências, conforme estabelecido pela legislação vigente e em conformidade com as obrigações previstas na governança dos convênios.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado Operacional Líquido

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	Variação (%)	Análise Vertical 2025 (%)
Receita de participação acionária	284.308	229.344	24	89
Recuperação de Créditos	46.498	20.709	125	15
Varição monetária ativa	4.669	4.129	13	1
Prestação de serviços	2.219	1.725	29	1
Receitas de vendas de imóveis	25	70	(64)	-
PIS/COFINS/ISS	(17.775)	(12.652)	40	(6)
TOTAL	319.944	243.325	31	100

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma Receita Operacional Líquida de R\$319.944, um aumento de 31% em comparação com os R\$243.325 alcançados no mesmo período do ano anterior.

O crescimento da Receita Operacional Líquida nos períodos comparados decorreu principalmente de três fatores: primeiramente, a receita de participação acionária da Cemig, que, devido a bonificações em abril de 2024 e com a deliberação de dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 1.65061 por ação (contra R\$ 1.42542 no ano anterior), contribuiu para um aumento de 24%. Em segundo lugar, a receita de recuperação de créditos registrou um aumento significativo de 125% em relação ao mesmo período do exercício precedente, influenciada pela expressiva venda de um imóvel (R\$33.818) atrelado a um crédito em liquidação da carteira BEMGE. Em terceiro lugar, a receita de prestação de serviços, embora de menor impacto na Receita Operacional Líquida total, expandiu-se em 29% em virtude de comissões sobre a comercialização de imóveis.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	Varição (%)	Análise Vertical 2025 (%)
Encargos financeiros com opções	250.885	165.571	52	70
Juros sobre debêntures	61.144	56.648	8	17
Obrigações por repasse	31.481	14.111	123	9
Pessoal	3.592	3.441	4	1
Serviços de terceiros	5.399	2.794	93	2
Custos dos imóveis vendidos	11	96	(89)	-
Amortização de custos de transação	405	405	-	-
Custas judiciais	2.316	1.430	62	1
Demais custos	1.714	2.408	(29)	-
CUSTO TOTAL	356.947	246.904	45	100

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o custo operacional totalizou R\$356.947, representando um aumento de 45% em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando foi de R\$246.904. Os custos mais relevantes foram:

• **(i) Encargos financeiros com opções (70% do custo total):** Totalizaram R\$250.885, um aumento de 52% em relação ao ano anterior. Esse incremento decorreu das liquidações das tranches de opções de compra no período, influenciadas pelas deliberações de dividendos e JCP da Cemig em 2025, as quais reduziram o preço de exercício e aumentaram a quantidade de opções. O custo reflete a diferença entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções, sendo sensível às variações da cotação de CMIG4.

• **(ii) Juros sobre debêntures (17% do custo total):** Apresentaram um aumento de 8% em relação ao ano anterior, devido à taxa DI, vinculada a Selic, estar em maior patamar neste período quando comparamos ao mesmo período do ano anterior. Este aumento foi suavizado pela redução do saldo de debêntures com a amortização ocorrida em janeiro e julho de 2025.

• **(iii) Obrigações por repasse (9% do custo total):** Houve um aumento de 123% em comparação com o ano anterior, justificado pelo aumento do resultado da recuperação de créditos do Bemge no período. A venda expressiva de um imóvel em 2025 e um recebimento elevado de alvará, ambos vinculados a créditos em liquidação, geraram essa obrigação, pois 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação é destinado aos ex-acionistas do Bemge, conforme contrato de cessão.

Embora os demais custos tenham pouca representatividade em relação ao total da Companhia, alguns merecem destaque devido às significativas variações observadas. A maior parte do montante relacionado aos "Serviços de terceiros" corresponde a honorários advocatícios, sendo R\$33.381 referentes à recuperação de crédito proveniente da venda de um imóvel situado em Belo Horizonte por R\$33.818 e R\$956 referente ao alvará recebido(R\$9.560) vinculado à recuperação de crédito. As "Custas judiciais" são compostas em sua grande maioria por honorários sucumbenciais, os quais estavam previstos no orçamento, no valor total de R\$ 1.879.

das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	57.864	48.152	106.016
Total	57.864	48.152	106.016

(a) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 31 de dezembro de 2025, a MGI possui um saldo de R\$363.228 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Neste período foram pagas parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$57.864 e R\$48.152, respectivamente.

Além disso, vinculada à Quinta Emissão, a Companhia mantém contratos de opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4, celebrados com o objetivo de constituir um instrumento de hedge. Essa estratégia visa proteger a Companhia contra eventuais quedas no valor das ações, que representam uma das garantias das debêntures emitidas. Os encargos financeiros com as opções representam o maior custo da Companhia.

Participações Acionárias

A Companhia detém participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdaul.

Os investimentos em participação acionária geraram receitas de R\$284.308 no período analisado, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas registraram um crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizaram R\$229.344. Esse aumento decorre, principalmente, da deliberação de bonificações de ações, aprovada em abril de 2024, elevando em 30% a quantidade de ações CMIG4, cujo impacto reflete na comparação deste período de 2025. Além disso, houve aumento dos valores pagos por ação nos proventos.

Convênios

No exercício de 2025, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com intervenção e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem acompanhando e cobrando a regularização cadastral dos convênios que ainda não receberam o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores. Esta regularização é de responsabilidade do conveniente e não depende de ações da Companhia e a sua falta é impeditiva para o repasse.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, a MGI repassou aos convenientes o montante de R\$1.556 referente a parcelas de convênio e apurou um rendimento de R\$1.584 relacionado ao repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, por meio da prestação de contas. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas relativas a convênios já encerrados, que somaram R\$16.526 no período, a variação líquida foi negativa em R\$13.386. Dessa forma, o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.204.016 em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.190.630 em 31 de dezembro de 2025.

31/12/2024	Movimentação			31/12/2025
Saldo final	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
5.139	-	(11)	-	5.128
1.903	-	-	-	1.903
89.725	76	(87)	-	89.714
14.618	-	-	-	14.618
20.301	97	(278)	-	20.120
1.029.026	1.411	(16.150)	1.556	1.015.843
34.404	-	-	-	34.404
5.300	-	-	-	5.300
3.600	-	-	-	3.



MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipar.com.br, de forma objetiva e em linguagem acessível. O cidadão que buscar outras informações além das disponíveis no site poderá solicitar por meio do Fale Conosco ou pelo e-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, conhecida como "Lei das Estatais". As principais instâncias que compõem a estrutura de governança da Companhia são:

- Assembleia Geral de Acionistas;
 - Conselho Fiscal;
 - Conselho de Administração;
 - Comitê de Auditoria Estatutária (COAUD) - órgão de assessoramento do Conselho de Administração;
 - Diretoria Executiva;
 - Auditoria Interna - vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD;
 - Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos - instância responsável, entre outros assuntos, pela verificação de cumprimento de obrigações, conformidade de procedimentos e de gestão de riscos
- Em consonância com o seu Programa de Integridade, a MGI busca continuamente fortalecer a cultura de ética e a integridade na Companhia, norteando todos os negócios e relações com todos os stakeholders com base nos seguintes pilares:
- Governança e comprometimento da alta administração;
 - Planejamento estratégico, gestão de riscos e controles internos;
 - Código de Conduta, políticas e procedimentos;

- Due diligence nas relações com terceiros;
- Gestão de pessoas, comunicação e treinamento;
- Prevenção de nepotismo e conflito de interesses;
- Canal de ética;
- Transparência ativa e passiva;
- Monitoramento e aprimoramento.

No exercício de 2024, a Companhia promoveu a disseminação de conhecimento e sensibilização dos seus colaboradores quanto ao Código de Conduta Ética, as Políticas e normativos elaborados no ano de 2023 - Política de Conflito de Interesses, Política de Transações com Partes Relacionadas, Código de Conduta Ética, Normativo do Serviço de Informação ao Cidadão e o Regimento Interno da Comissão de Ética - por meio de comunicação institucional recorrente e diversificada.

Quanto a adesão da MGI ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), o ano de 2024 foram elaborados 02 (dois) fluxogramas dos seguintes documentos: Regime Disciplinar e Normativo da Ouvidoria e Tratamento às Manifestações e Denúncias. Foram realizados, também, treinamentos com foco na divulgação e compreensão dos novos normativos e políticas institucionais da MGI acima mencionados, através de quiz (questionários que tem como objetivo fazer uma avaliação dos conhecimentos).

Considerando o trabalho híbrido adotado na Companhia, foi realizada a 6ª Semana da Integridade com diversas informações, renomados palestrantes, convidados e atividades interativas, presencial e *on line*.

7. AUDITORIA

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

8. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutária, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026

A Administração

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	MGI		Passivo	MGI		
	Nota	31/12/2025		31/12/2024	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	141.116	144.368	Fornecedores e outras contas a pagar	348	312
Títulos e valores mobiliários	6	290.916	198.721	Salários e encargos sociais	1.569	1.552
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	526.209	445.367	Tributos a recolher	6.217	5.359
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	147	150	Opções flexíveis de compra	8	289.095
Tributos a compensar	9	19.926	13.809	Debêntures	12	76.632
Outras contas		158	178	Obrigações por repasse	13	16.760
Total do ativo circulante		978.472	802.593	Total do passivo circulante		390.621
Títulos e valores mobiliários	6	-	172.852	Opções flexíveis de compra	8	483.922
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	806.039	1.053.391	Debêntures	12	286.596
Opções flexíveis de venda	8	-	17	Obrigações por repasse	13	22.730
Tributos a compensar	9	7.871	7.322	Provisão para demandas judiciais	14	12.927
Depósitos judiciais	10	806	517	Passivo fiscal diferido	15.b	119.548
Imóveis para venda		1.378	1.389	Total do passivo não circulante		925.723
Outros investimentos	11	778.267	567.509	Patrimônio líquido		1.316.344
Imobilizado		127	136	Capital social	17	1.573.664
Total do ativo não circulante		1.594.488	1.803.133	Ações em tesouraria	(5)	(5)
Total do ativo		2.572.960	2.605.726	Prejuízos acumulados	(550.695)	(488.937)
				Ajuste de avaliação patrimonial	233.652	163.558
				Total do patrimônio líquido		1.256.616
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.572.960
						2.605.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Capital social		Reclassificações PPP's e convênios	Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
	Nota	Capital social a realizar					
Aumento de capital		3.542.798	(115.905)	(2.022.063)	(5)	(526.492)	77.560
Lucro líquido do exercício		88.428	80.406	-	-	-	168.834
Varição no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	37.555	37.555
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	130.299	130.299
Reclassificação p/ obrigações por repasses-convênios		-	35.499	(35.499)	-	(44.301)	(44.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.631.226	-	(2.057.562)	(5)	(488.937)	163.558
Prejuízo líquido do exercício	17.f	-	-	-	-	(61.758)	(61.758)
Varição no valor justo dos investimentos	11.a	-	-	-	-	106.203	106.203
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos	15	-	-	-	-	(36.109)	(36.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.631.226	-	(2.057.562)	(5)	(550.695)	233.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais ("SEDE") e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recuperados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credreal").

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios ("créditos em liquidação"), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credreal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credreal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG ("Direitos de Crédito Autônomos" - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$17.087 em 31 de dezembro de 2025, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 ("Debêntures Subordinadas") (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples ("Debêntures Seniores"), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 65.127.272 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4) (vide nota 11), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 105.666.627 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27 de março de 2026.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	MGI		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita	18	319.944	243.325
Custos	19	(356.947)	(246.904)
Resultado bruto		(37.003)	(3.579)
Despesas administrativas		(13.603)	(13.379)
Outras receitas (despesas), líquidas			
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	7.c	(9.069)	9.970
Perda/reversão de participação societária	11	925	(191)
Resultado de ajustes a valor justo	21	(24.987)	19.931
Outras receitas (despesas)		558	4.453
Outras receitas (despesas), líquidas		(32.573)	34.163
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(83.179)	17.205
Receitas financeiras	20	47.664	38.169
Despesas financeiras	20	(10)	(462)
Resultado de receitas (despesas) financeiras, líquidas		47.654	37.707
Impostos de renda	15	(19.242)	(12.717)
Contribuição social	15	(6.991)	(4.640)
Resultado do exercício		(26.233)	(17.357)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	17.e	(61.758)	37.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	MGI		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício		(61.758)	37.555
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes		70.094	85.998
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11	106.203	130.299
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	(36.109)	(44.301)
Resultado abrangente total		8.336	123.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	MGI		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(61.758)	37.555
Resultado do exercício		(61.758)	37.555
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		33	26
Provisão/reversão de perdas de direitos creditórios autônomos	7.c	9.069	(9.969)
Resultado de ajustes a valor justo	21	24.987	(19.930)
Perda na participação societária	11	(925)	191
Encargos financeiros de contrato de opções	19	250.885	165.571
Custo de transação a amortizar	19	405	405
Variação monetária líquida		56.476	52.519
Provisão para demandas judiciais	14	519	508
Resultado do exercício		279.691	226.876
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	(28.295)	37.693
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	3	428
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	80,57	(162.330)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	(6.666)	(4.265)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	(289)	(65)
(Aumento)/Diminuição de imóveis para venda		11	96
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		20	(79)
Aumento (Diminuição) de fornecedores		36	(29)
Aumento (Diminuição) de salários e encargos sociais		18	113
Aumento (Diminuição) de tributos a recolher	13	85	(6.379)
Aumento (Diminuição) obrigações por repasses		20,190	10,684
Recebimentos de créditos autônomos	7.c.g	8,067	9,601
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	12	(57,864)	(63,069)
Amortizações de debêntures 5ª emissão	12	(48,152)	(48,152)
Amortização do contrato de opções flexíveis	19	(250,885)	(165,571)

	MGI		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		(2.600)	(164.448)
Aquisição de investimento		(627)	(695)
Aquisições imobilizado/intangível		(25)	(91)
Caixa usado em atividades de investimento		(652)	(786)
Integralização de capital	17	-	168,835
Caixa proveniente de atividades de financiamento		3.252	3.601
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		144,368	140,767
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		141,116	144,368
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(3,252)	3,601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	MGI	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de serviços	2.219	1.725
Receitas de recuperação de créditos	46.498	20.709
Receitas de atualização de crédito	4.669	4.129
Outras receitas	1.102	5.033
Receitas	54.488	31.596
Custos dos produtos e serviços vendidos	(11)	(96)
Custos processuais	(2.316)	(1.430)
Serviços tomados de terceiros	(6.317)	(3.984)
Despesas administrativas	(2.258)	(1.286)
Perda/Recuperação de valores ativos	(9.069)	9.969
Insumos adquiridos de terceiros	(19.971)	3.173
Valor adicionado bruto	34,517	



MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. Receita operacional

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a Secretaria de Estado da Fazenda SEF/MG. Para os contratos de alienação de imóveis, celebrados com a SEF e outras Instituições Públicas, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe um percentual sobre o resultado obtido.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

i. Novas normas aplicadas pela primeira vez em 2025

Alterações ao CPC 18 (R3) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

i. Novas normas e interpretações emitidas, mas não vigentes e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS S1 e S2: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima

Estabelece a estrutura para a divulgação de riscos e oportunidades sustentáveis, e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima), focada em riscos físicos e de transição climática. Em conformidade com o cenário regulatório brasileiro, especificamente a Resolução CVM nº 193/23 e a Resolução CFC nº 1.710/23, a Administração está em processo de avaliação dos impactos que a adoção dessas normas terá em suas divulgações futuras, visando atender aos cronogramas de obrigatoriedade e elevar o nível de transparência sobre os fatores ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) que podem afetar o valor da entidade a longo prazo.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.

• As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).

• Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

• Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contínuas e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

• Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.

• Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

• Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação.

Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de "valuation". Técnicas de "valuation" aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (Nota 11).

b. Direito Creditório - Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2. Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ). Exposto na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2024	56.365	(33.220)	23.145
31/12/2025	50.286	(33.199)	17.087

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	saldo em 31/12/2024	Movimentação	Baixa Efetiva de Créditos	Variação de AVJ e impairment	Atualização	Recebimentos	Contas a Receber do EMG	Ajuste DCA - Carteira Ativa x Rompidos	Saldo em 31/12/2025
Circulante	7.749	7.496	-	-	-	(6.954)	(1.835)	-	6.456
Não Circulante	48.616	(7.496)	(9.090)	-	4.669	-	-	7.131	43.830
Impairment	(33.220)	-	-	21	-	-	-	-	(33.199)
Totais	23.145	-	(9.090)	21	4.669	(6.954)	(1.835)	7.131	17.087

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$1.835 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (RS450 em 31/12/2024). Esses valores são transferidos para a rubrica conta a receber do EMG (nota 7.g), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

Com a liquidação das debêntures de segunda emissão, a segregação da composição dos valores dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, e rompidos está demonstrado abaixo:

	CLASSIFICACAO	SALDO DEVEDOR	
Vencidos, mas não rompidos			287
A vencer			6.169
Até 12 meses.			5.297
de 12 a 24 meses			5.340
de 24 a 36 meses			4.699
de 36 a 48 meses			3.953
de 48 a 60 meses			11.235
Após 60 meses			36.980
Total do valor nominal atualizado			22.396
Direitos Creditórios Rompidos (1)			(9.090)
Perda Efetiva - Write Off (2)			(33.199)
Impairment acumulado (3)			17.087
Total			17.087

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.

(2) Baixa permanente de créditos cujo último pagamento tenha ocorrido há mais de 5 anos. Considerando que estes créditos já estavam reconhecidos no resultado da Companhia como perda no valor recuperável seu registro não afeta o patrimônio e resultado da Companhia.

(3) Perda no valor recuperável da carteira representada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2025.

d) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajustada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, visando anular a operação de alienação citada. A ação popular deu origem aos processos judiciais nº 7344228-80.2005.8.13.0024 proposto pela Góes contra a Companhia, nº 0761072-14.1995.8.13.0024 e 0217879-64.1999.8.13.0024

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2024	Quantidade de ações em 31/12/2025	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2024 (RS)	Cotação em 31/12/2025 (RS)	Redução do Valor Justo unitário (RS)	Valor justo em 31/12/2024	Empréstimos e devoluções	Ganho/ Perda de Valor Justo (RS)	Valor Justo em 31/12/2025
CEMIG	122.934.690	122.934.690	11,11	11,20	0,09	1.365.804	-	11.064	1.376.868
		(13.435.224)	5,965	11,20	5,235	-	(80.141)	(70.332)	(150.473)
		1.979.594	5,965	11,20	5,235	-	11.808	10.363	22.171
		7.136.559	5,965	11,20	5,235	-	42.570	37.360	79.930
		(14.929.268)	5,965	11,20	5,235	-	(89.053)	(78.155)	(167.208)
		1.980.276	5,965	11,20	5,235	-	11.812	10.367	22.179
Totais	122.934.690	105.666.627				1.365.804	(103.004)	(79.333)	1.183.467
Circulante		35.222.196							394.489
Não circulante		70.444.431							788.978

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2023	Quantidade de ações em 31/12/2024	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2023 (RS)	Cotação em 31/12/2024 (RS)	Redução do Valor Justo unitário (RS)	Valor justo em 31/12/2023	Empréstimos e devoluções	Ganho/ Perda de Valor Justo (RS)	Valor Justo em 31/12/2024
CEMIG	100.908.813	100.908.813	11,48	11,11	(0,37)	1.158.433	-	(37.336)	1.121.097
		(5.078.149)	7,754	11,11	3,356	-	(39.379)	(17.039)	(56.418)
		29.159.740	-	11,11	11,100	-	-	323.965	323.965
		3.827.779	5,965	11,11	5,1450	-	22.832	19.694	42.526
		(12.652.862)	5,965	11,11	5,1450	-	(75.473)	(65.100)	(140.573)
		5.007.960	5,965	11,11	5,1450	-	29.872	25.766	55.638
		1.761.409	5,965	11,11	5,1450	-	10.507	9.062	19.569
Totais	122.934.690	122.934.690				1.158.433	(51.641)	259.012	1.365.804
Circulante		30.733.664							341.451
Não circulante		92.201.026			</				



MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Data de Vencimento	Lançador	Opções de Venda			Lançador	Opções de Compra		
		Títular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)		Títular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	18.234.171	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.171	2,9694
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	18.234.171	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.171	2,9694
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	18.234.171	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.171	2,9694
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	18.234.171	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.171	2,9694
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	18.234.171	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.171	2,9694
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	18.234.211	1,4550	MGI	Credit Suisse	18.234.211	2,9694
TOTAL			109.405.066				109.405.066	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 "Ajustes Adicionais", toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em dezembro de 2024, a Cemig anunciou aos acionistas distribuição de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 2.207.552 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

No mês de janeiro de 2025, com o vencimento da décima segunda tranche das opções flexíveis de compra e de venda e preço médio da ação (no valor de R\$10,883) superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$3,4613), motivou a Companhia efetuar o pagamento no valor total de R\$116.096 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$7.422 multiplicado pela quantidade de 15.642.776 opções. Com o vencimento da tranche, a Companhia deveria receber a devolução de empréstimos de ações efetuados a quantidade de 15.642.776 ações da CMIG4, porém, deveria emprestar também a quantidade de 2.207.552 ações CMIG4, conforme mencionado no parágrafo acima. Dessa forma, foi ajustado entre as partes por meio do vigésimo oitavo

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora "OVME" do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade %	Opções de Venda		Valor Justo Total (RS mil)	Opções de Compra		Valor Justo Total (RS mil)
		Valor justo unitário (RS)	Quantidade		Valor justo unitário (RS)	Quantidade	
12/01/2026	22,921%	-	18.234.171	-	8,18	18.234.171	149.163
13/07/2026	22,921%	-	18.234.171	-	7,67	18.234.171	139.932
12/01/2027	30,568%	-	18.234.171	-	7,20	18.234.171	131.339
12/07/2027	30,568%	-	18.234.171	-	6,79	18.234.171	123.842
12/01/2028	29,143%	-	18.234.171	-	6,43	18.234.171	117.205
12/07/2028	29,143%	-	18.234.211	-	6,12	18.234.211	111.536
TOTAL			109.405.066			109.405.066	773.017

Circulante
Não Circulante

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2024	AVJ (nota 21)	31/12/2025
Opções de Venda	17	(17)	-
Opções de Compra	827.381	(54.364)	773.017

9. Tributos a compensar

	31/12/2025	31/12/2024	
Tributos a compensar - IRPJ	a	6.314	3.501
Tributos retidos	b	13.612	10.308
Ativo Circulante		19.926	13.809
Tributos a compensar - IRPJ	a	7.871	7.322
Ativo Não Circulante		7.871	7.322
Total		27.797	21.131

11. Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Cemig	Copasa	BDMG	GERDAU S.A.	GERDAU OU-TRAS	CODEMGE	OUTROS	Total
Saldos em 31/12/2024	531.716	9.659	18.015	1.357	6.735	19	8	567.509
Aquisição/Aportes	-	-	627	-	-	-	-	627
Empréstimo de ações -Custo	(66.190)	-	-	-	-	-	-	(66.190)
AVJ de ações emprestadas	(58.090)	-	-	-	-	-	-	(58.090)
Devolução de ações emprestadas(i)	169.194	-	-	-	-	-	-	169.194
AVJ Devolução de ações emprestadas (i)	148.488	-	-	-	-	-	-	148.488
Ajuste a Valor Justo do exercício	4.307	10.716	-	170	614	-	(3)	15.804
Impairment	-	-	1.079	(154)	-	-	-	925
Saldos em 31/12/2025	729.425	20.375	19.721	1.527	7.195	19	5	778.267

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 - Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferenciais, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestandas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 28.364.492 ações CMIG4 à MGI.

Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações, seja por deliberação de dividendos, bonificações em ações ou por vencimento da 12ª e 13ª tranches, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e. Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está representado por 65.127.272 ações preferenciais da Cemig (68 ações livres e 65.127.204 ações bloqueadas por garantia), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 74.871 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das Demonstrações Financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado.

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e GERDAU S.A., e resultado negativo na COPASA conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2024	Quantidade de ações em 31/12/2025	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2024 (RS)	Cotação em 31/12/2025 (RS)	Redução do Valor Justo unitário (RS)	Valor justo em 31/12/2024	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo (RS)	Valor justo em 31/12/2025
CEMIG	47.859.210	47.859.209	11,11	11,20	0,09	531.716	-	4.307	536.023
CEMIG (i)	13.435.224	13.435.224	5,9650	11,20	5,235	-	80.141	70.333	150.474
CEMIG (ii)	(1.979.594)	5,9650	11,20	5,235	-	(11.808)	(10.363)	(22.171)	-
CEMIG (iii)	(7.136.559)	5,9650	11,20	5,235	-	(42.570)	(37.360)	(79.930)	-
CEMIG (iv)	14.929.268	5,9650	11,20	5,235	-	89.053	78.155	167.208	-
CEMIG (v)	(1.980.276)	5,9650	11,20	5,235	-	(11.812)	(10.367)	(22.179)	-
COPASA	463.920	463.920	20,82	43,92	23,10	9.659	-	10.716	20.375
GERDAU	74.871	74.871	18,14	20,39	2,25	1.357	-	170	1.527
Totais						542.732	103.004	105.591	751.327

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2023	Quantidade de ações em 31/12/2024	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2023 (RS)	Cotação em 31/12/2024 (RS)	Redução do Valor Justo unitário (RS)	Valor justo em 31/12/2023	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo (RS)	Valor justo em 31/12/2024
CEMIG	30.471.110	30.471.110	11,48	11,11	(0,37)	349.808	-	(11.274)	338.534
CEMIG (i)	5.078.149	7,7544	11,11	3,3556	-	39.378	-	17.040	56.418
CEMIG (ii)	10.254.237	0,0000	11,11	11,11	-	-	-	113.925	113.925
CEMIG (iii)	(3.827.779)	5,9650	11,11	5,1450	-	(22.833)	(19.694)	(42.527)	-
CEMIG (iv)	12.652.862	5,9650	11,11	5,1450	-	75.474	65.099	140.573	-
CEMIG (v)	(5.007.960)	5,9650	11,11	5,1450	-	(29.872)	(25.766)	(55.638)	-
CEMIG (vi)	(1.761.409)	5,9650	11,11	5,1450	-	(10.507)	(9.062)	(19.569)	-
COPASA	463.920	463.920	20,48	20,82	0,34	9.501	-	158	9.659
GERDAU	62.393	62.393	23,76	18,14	(5,62)	1.485	-	(354)	1.131
GERDAU	12.479	12.479	0,00	18,14	18,14	-	-	226	226
Totais						360.794	51.640	130.298	542.732

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferenciais já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas bonificações de ações e empréstimos adicionais, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Cemig - Livres	68	68
Cemig - Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	65.127.204	47.859.142
Cemig - Emprestandas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)	105.666.627	122.934.690
	170.793.899	170.793.900

12. Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2025 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2024	Movimentação	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures 5ª emissão (a)						
Passivo circulante	73.352	47.747	61.549	(48.152)	(57.864)	76.632
Passivo não circulante	334.343	(47.747)	-	-	-	286.596
Total	407.695	-	61.549	(48.152)	(57.864)	363.228

a. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 35.549.210 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

Cláusulas Contratuais restritivas - Convenants

Existem cláusulas de evento de avaliação para casos de descumprimento de obrigação, seja pecuniária ou não, em que os debenturistas se retinem para decidir sobre o vencimento antecipado da operação ou aplicação de outras penalidades. As obrigações relacionadas aos convenants estão listadas abaixo:

- Obrigações pecuniárias
- i. Reforço de garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o Índice de Cobertura (IC) tornar-se inferior a 155%, para que o IC seja equivalente a, no mínimo, 160%;
- ii. Pagamento das tranches das opções semestrais, nas mesmas datas de pagamento dos juros e amortização das debêntures.
- Obrigações não pecuniárias
- i. Efetuar o empréstimo de ações, conforme o Contrato de Hedge, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação feita pelo Credit; bem como os ajustes e aditamentos dos contratos da operação das debêntures;
- ii. Não aperfeiçoamento das garantias nos prazos e condições previstos nos contratos vinculados à garantia.
- Demais obrigações

i. Inadimplemento da MGI de qualquer obrigação pecuniária cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$60 (sessenta) milhões não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data original para pagamento;

ii. Redução de capital social da MGI, exceto (i) se aprovado previamente pelos debenturistas; ou (ii) quando tiverem por único objetivo (ii.a) liquidação de convênios celebrados entre a MGI e o Estado de Minas Gerais com o objetivo de viabilizar o aporte de recurso pelo Estado na MGI; ou (ii.b) observar prejuízo, além o montante dos prejuízos acumulados; ou (iii) por forma a redução de capital, a alterar entre a dívida e o patrimônio líquido da MGI não seja superior a 200% tomando como base as demonstrações financeiras recentes, ajustadas, pelos efeitos subsequentes ocorridos desde a data base das demonstrações financeiras;

iii. Protesto legítimo de títulos contra a MGI cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$60 (sessenta) milhões, exceto se (i) protesto efetuado por erro ou má-fé; (ii) protesto cancelado; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;

As cláusulas contratuais restritivas são acompanhadas e monitoradas pelo setor responsável da Companhia de maneira que sejam atendidas e evitando eventos de avaliação. Todas as cláusulas foram cumpridas de forma consistente até a data destas informações financeiras.

13. Obrigações por repasses

	31/12/2025	31/12/2024	
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	12.735	15.693
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	3.045	2.395
Créditos de terceiros	c.	443	631
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	b.	254	466
Outras obrigações CP	c.	283	115
Total	d.	22.730	19.300
		39.490	19.300

Circulante
Não Circulante

a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração.

b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;

c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.

d) Trata-se de resultados da recuperação de créditos do extinto Banco Bemge cedidos à MGI e não repassados para os ex-acionistas minoritários devido a não procura destes por seu direito ao recebimento, mesmo após a Companhia publicar semestralmente o direito ao recebimento.

14. Provisão para demandas judiciais

• A Companhia é parte em ações judiciais cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, entende que a provisão para contingência de honorários de sucumbência fixados em Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, que determinou a anulação da alienação do controle acionário do Banco Agrimisa, é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes da decisão. Da mesma forma, a opinião legal obtida demonstra que outras decisões definitivas em processos vinculados não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.


MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.
a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de dezembro de 2025 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$34.606, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	351.612	245.411
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	87.903	61.352
Contribuição social (9%)	31.645	22.087
Passivo fiscal diferido	119.548	83.439
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2024	83.439	
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2025	83.439	

Outros Resultados Abrangentes

Imposto de renda (15% + adicional 10%)	106.203
Contribuição social (9%)	26.551
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	9.558
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2025	36.109

16. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

	31/12/2025						
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos							
Circulante:		8.636	-	-	144	-	8.780
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a,b,c,g	8.636	-	-	144	-	8.780
Não Circulante:		16.664	-	-	-	-	16.664
Contas a receber	7. c,h	16.664	-	-	-	-	16.664
Passivos							
Circulante		3.299	-	-	-	-	3.299
Obrigações por Repasse	13.b,d	3.299	-	-	-	-	3.299

	31/12/2025						
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Recargas		18	2.219	281.914	1.008	1.060	10 286.211
Serviços Prestados		18	2.219	-	-	-	2.219
Participações Acionárias		18.c	-	281.914	1.008	1.060	10 283.992
Impairment		11	-	-	1.079	-	1.079
Outros Resultados Abrangentes		11	-	94.705	-	10.716	- 105.421

	31/12/2024						
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos							
Circulante:		9.526	-	-	146	-	9.672
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a,b,c,g	9.526	-	-	146	-	9.672
Não Circulante:		28.561	-	-	-	-	28.561
Contas a receber	7. b,h	28.561	-	-	-	-	28.561
Passivos							
Circulante		2.861	-	-	-	-	2.861
Obrigações por Repasse	13.b,d	2.861	-	-	-	-	2.861

	31/12/2024						
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Recargas		18	1.725	226.984	786	1.286	6 230.787
Serviços Prestados		18	1.725	-	-	-	1.725
Participações Acionárias		18.c	-	226.984	786	1.286	6 229.062
Impairment		11	-	-	(191)	-	(191)
Outros Resultados Abrangentes		11	-	130.268	-	158	- 130.426

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria	1.060	1.018
Conselho de Administração	361	365
Honorários	1.421	1.383

17. Patrimônio líquido
a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em abril de 2025, por meio de assembleia de acionistas do BDMG, foi deliberada a transferência do investimento do BDMG na companhia por meio de dação em pagamento de proventos de participação acionária. Dessa forma o BDMG transferiu para o Estado de Minas Gerais a totalidade de suas ações na companhia (165.323 ações ordinárias) aumentando a participação do acionista majoritário. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/12/2025		Posição em 31/12/2024	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Acionistas				
Estado Minas Gerais	574.349.721	99,9845%	574.184.398	99,9557%
BDMG	-	-	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2025, seu capital social subscrito é de R\$3.631.226, sendo este capital social totalmente integralizado.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.228.705 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.857 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs. Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.228.705 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2025 é R\$1.573.664 (R\$1.573.664 em 31 de dezembro de 2024).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	31/12/2025	31/12/2024
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do exercício	(61.758)	37.555
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(107,51)	65,38

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2025 e 31/12/2024, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

18. Receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Recargas de serviços	2.219	1.725
Recargas de recuperação de créditos	46.498	20.709
Recargas de atualização de créditos	4.669	4.129
Recarga de participação acionária	284.308	229.344
Recargas de vendas de imóveis	25	70
Impostos sobre serviços (ISS)	(96)	(78)
PIS/COFINS	(17.679)	(12.574)
Recarga Total	319.944	243.325

a. As receitas de recuperação de créditos são provenientes da cessão de créditos dos extintos Bancos do Estado de Minas Gerais, Bemge e Credireal. Até 31 de dezembro de 2025, R\$46.421 referem-se a créditos do Bemge (R\$20.707 em 31/12/2024) e R\$77 a créditos cedidos do Credireal (R\$2 em 31/12/2024).

b. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.

c. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Cemig - parte relacionada	281.914	226.984
Copasa - parte relacionada	1.060	1.286
BDMG - parte relacionada	1.008	786
Codemge - parte relacionada	10	6
Gerdau	91	278
Bemge	225	4
Total	284.308	229.344

19. Custos

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	3.592	3.441
Obrigações por repasse (NE 13.a)	31.481	14.111
Serviços de terceiros	5.399	2.794
Custas judiciais	2.316	1.430
Juros sobre debêntures	61.144	56.648
Encargos financeiros com opções	250.885	165.571
Amortização de custos de transação	405	405
Custos dos imóveis vendidos	11	96
Demais custos	1.714	2.408
Custos Total	356.947	246.904

a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures de 5ª Emissão.

b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).

c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

20. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	48.326	38.783
Receitas aplicações financeiras	1.879	1.435
Receitas de atualização de créditos tributários	9	9
Juros Ativos	(2.541)	(2.058)
PIS/COFINS	47.664	38.169

Despesas Financeiras

IOF	(4)	(5)
Outras despesas	(6)	(457)
	(10)	(462)
Resultado Financeiro Líquido	47.654	37.707

21. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes a valor justo		7.e	(79.333)
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig emprestadas	8	(17)	(1.091)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	54.364	(237.990)
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra		(24.987)	19.931

22. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital destinados a repasses aos convênios, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$143.082 até 31 de dezembro de 2025. O valor restante de R\$75.724, foi desvinculado da destinação para programa de convênio e passou a ser vinculado ao aporte para destinação de cumprimento das obrigações com os encargos flexíveis de opções conforme Reunião do Conselho de Administração número 001/2024.

A MGI, no exercício de 2025, repassou aos convênios o montante de R\$1.556 referente a parcelas de convênio e apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Convenente, através da prestação de contas, o valor de R\$1.584. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$16.526 no período, a variação líquida foi negativa em R\$13.386, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.204.016 em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.190.630 em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2025
	Saldo final	Rendimentos	Devo-luções
Secretarias			
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG - SEAPA	5.139	-	(11)
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.903	-	-
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável - SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	89.725	76	(87)
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	14.618	-	-
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT	20.301	97	(278)
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade - SEINFRA	1.029.026	1.411	(16.150)
Sec. Est. Des. Estado de MG - SEDESE	34.404	-	-
Sec. Est. Governo - SEGOV	5.300	-	-
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-
Total	1.204.016	1.584	(16.526)
		1.556	1.190.630

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuárias, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As Secretarias Intervinentes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas Demonstrações Financeiras, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025	Ajuste	31/12/2025	Divulgado
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	328.992	(38.076)		290.916
Ctas. a rec. de clientes e outros cred.	2.522.877	(1.190.629)		1.332.248
Outros	949.796	-		949.796
Total do ativo	3.801.665	(1.228.705)		2.572.960
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	Divulgado

	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	Divulgado
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	396.262	(24.689)		371.573
Ctas. a rec. de clientes e outros cred.	2.702.775	(1.204.016)		1.498.759
Outros	735.394	-		735.394
Total do ativo	3.834.431	(1.228.705)		2.605.726

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

23. Instrumentos Financeiros
Gerenciamento de risco financeiro
a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulga

MINAS GERAIS
PARTICIPAÇÕES S.A.

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. A Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relativo a alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. Risco relacionado ao mercado de capitais

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig ("CMIG4"), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. Risco relacionado à taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das Demonstrações Financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Índice	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	141.107	144.362
Aplicações financeiras vinculadas	268.468	371.573
Total de direitos creditórios (a)	17.087	23.145
Debêntures	(363.228)	(407.695)
Saldo líquido de exposição	63.434	131.385

(a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitui outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia não está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

* Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2025, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

Risco	(Aumento das receitas financeiras líquidas - em milhares de reais)		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aumento do CDI	-	2.379	4.758

Impacto no Saldo Líquido

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	CDI (% a.a.)*	15,00	18,75

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 02 de janeiro de 2026, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 12,25%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo. Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 1,27% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,0066%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2025	Varição de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL (%)
Cemig	729.425	4.814	0,3831
Copasa	20.375	134	0,0107
Cemig Emprestadas	1.183.467	11.835	0,9418
Gerdau	1.527	10	0,0010

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de pagamentos pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III,

considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				11,15	13,94	16,73
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2025	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/07/2025	18.234.171	2,9694	149.163	915	51.971	103.027
Tranche vinculada em 13/01/2026	18.234.171	2,9694	139.932	10.146	61.202	112.258
Total			289.095	11.061	113.173	215.285
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2025	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/07/2025	18.234.171	1,455	-	-	-	-
Tranche vinculada em 13/01/2026	18.234.171	1,455	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de dezembro de 2025, o capital de terceiros representa 104,75% do Patrimônio Líquido da Companhia (108,75% em 31 de dezembro de 2024).

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/12/2025	%	31/12/2024	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		24.894	1,9	26.524	2,0
Opções Flexíveis de Compra	8	289.095	22,0	232.237	17,1
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	76.632	5,8	73.352	5,4
Subtotal Passivo Circulante		390.621	29,7	332.113	24,5
Passivo não Circulante					
Passivo Operacional (*)		142.278	10,8	83.439	6,1
Opções Flexíveis de Compra	8	483.922	36,8	595.144	43,8
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	286.596	21,7	334.343	24,6
Provisão para demandas judiciais	14.a	12.927	1,0	12.408	0,9
Subtotal Passivo não circulante		925.723	70,3	1.025.334	75,4
Passivo Total		1.316.344	100,0	1.357.447	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
580.959	580.959	649.045	649.045	
Caixa e equivalente de caixa	141.116	141.116	144.368	144.368
Títulos e valores mobiliários	290.916	290.916	371.573	371.573
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	131.840	131.840	109.959	109.959
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	17.087	17.087	23.145	23.145
1.183.467	1.183.467	1.365.821	1.365.821	
1.183.467	1.183.467	1.365.804	1.365.804	
Direitos Creditórios Credit Suisse	-	-	17	17
Contratos de opções flexíveis	-	-	-	-
778.267	778.267	567.509	567.509	
778.267	778.267	567.509	567.509	
403.066	403.067	427.307	427.307	
Outros investimentos	348	348	312	312
Passivo Financeiro ao custo amortizado	39.490	39.491	19.300	19.300
Fornecedores	363.228	363.228	407.695	407.695
Obrigações por repasse	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	773.017	730.555	827.381	827.381
Contratos de opções flexíveis	773.017	730.555	827.381	827.381

Ao Custo Amortizado

Caixa e equivalente de caixa
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)
Direitos de Créditos Autônomos - DCA

Ao Valor Justo por meio do resultado

Direitos Creditórios Credit Suisse
Contratos de opções flexíveis

Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados

Abrangentes
Outros investimentos

Passivo Financeiro ao custo amortizado

Fornecedores
Obrigações por repasse
Debêntures

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Contratos de opções flexíveis

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos direitos creditórios autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos, no valor de R\$17.087 mil em 31 de dezembro de 2025, depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 (c), os direitos creditórios são atualizados financeiramente e contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios e as atualizações financeiras são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. A atualização financeira é feita de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis sobre o montante inicial de cada parcelamento. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor

• **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

• **Debêntures** - são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após foram mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.

• **Obrigação por repasse** - as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

(i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

(ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

(iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Valor justo em 31 de dezembro de 2025		Técnica de avaliação (Nível 2)
		Saldo em 31/12/2025	- Preço cotado ativo	
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.183.467	1.183.467	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	751.327	751.327	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	26.940	-	26.940
		1.961.734	1.934.794	26.940

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas Demonstrações Financeiras, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas, (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil	3.000	-
Patrimonial	533	470
TOTAL	3.533	470

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Conselho de Administração	
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Presidente	
Claudio Politi - Vice-Presidente	
José Marcus Diniz Ferreira Júnior - Membro	
Adrielle Frade Cândido - Membro	
Marco Antônio Vieira Gomes - Membro	
Gabriela Martins Durães Brandão - Membro	
Carolina Rocha Vespúcio - Membro	
Diretoria Executiva	
Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente	
Nilma Alves dos Santos - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores	
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios	
Contador Responsável	
Jefferson Lucas de Melo - CRC/MG 110.042/O-8	
Parecer do Conselho Fiscal	

O Conselho Fiscal da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demon